

Artigo

Outros espaços de aprendizagem: a escola e o acesso à cultura e as atividades culturais

Other learning spaces: the school and access to culture and cultural activities

Otros espacios de aprendizaje: escuela y acceso a la cultura y actividades culturales

Tatiane Peres Zawaski¹, Patrícia Kayser Vargas Mangan²

Universidade La Salle (UNILSALLE), Canoas, RS, Brasil

Resumo

Entende-se que os espaços escolares são locais de favorecimento de condições e ampliação da cidadania, quando se observa a Base Nacional Comum Curricular, vislumbra-se de que este acesso à cultura está previsto na lei, sendo necessária novas formas de pensamento/ação/atuação, assim como a sua efetivação dentro dos espaços escolares, garantindo seu cumprimento. Com o objetivo de investigar se as escolas municipais, localizadas em um município da região metropolitana, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais diversificadas em seu currículo, realizou-se uma pesquisa, de cunho qualitativo, tendo como participantes as coordenações e supervisões das instituições. Conforme os dados, percebe-se que muitas são as ações realizadas pelas instituições da rede municipal para que os alunos tenham acesso à cultura e as atividades culturais. Ainda assim, são necessárias parcerias, e, também, um maior incentivo financeiro, tendo em vista a baixa renda de muitas famílias para propiciar visitas aos espaços culturais, como teatro, cinema, museus, casas de cultura, entre tantos outros, em virtude do custo com deslocamento e ingressos para acesso aos locais. Com isso, conclui-se que a promoção de atividades pedagógicas, por meio de acesso aos espaços culturais, possibilita o reconhecimento como parte de nossa história cultural, assim como vivências e experiências, a partir de práticas de cuidado e valorização.

Abstract

It is understood that school spaces are places of favoring conditions and expanding citizenship, when observing the Common Curricular National Base, this access to culture is provided by law, requiring new ways of thinking / acting / performance, as well as their implementation within school spaces, ensuring compliance. To investigate whether municipal schools, located in a municipality in the metropolitan region, provide students with access to culture, through the insertion of diversified cultural activities in their curriculum, qualitative research was carried out, with participants the coordination and supervision of the institutions. According to the data, there are many actions taken by the institutions of the municipal network so that students have access to culture and

¹ Doutora em Memória Social e Bens Culturais – UNILASALLE, , Coordenadora Pedagógica dos Anos Finais e do Ensino Médio. ORCID id.: <https://orcid.org/0000-0003-2272-9671>. E-mail: tatianeperes.zawaski@gmail.com.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-9929-8887> E-mail: patricia.mangan@unilasalle.edu.br



cultural activities. Even so, partnerships are needed, as well as a greater financial incentive, in view of the low income of many families to provide visits to cultural spaces, such as theater, cinema, museums, houses of culture, among many others, due to the cost of travel and tickets to access the sites. With this, it is concluded that the promotion of pedagogical activities, through access to cultural spaces, enables recognition as part of our cultural history, as well as experiences, based on practices of care and appreciation.

Resumen

Se entiende que los espacios escolares son lugares para favorecer condiciones y ampliar la ciudadanía, al observar la Base Curricular Común Nacional, se desprende que este acceso a la cultura está previsto por ley, requiriendo nuevas formas de pensamiento/acción/actuación, así como su implementación dentro de los espacios escolares, velando por su cumplimiento. Con el objetivo de investigar si las escuelas municipales, ubicadas en un municipio de la región metropolitana, brindan a los estudiantes acceso a la cultura, a través de la inclusión de diversas actividades culturales en su currículo, se realizó una investigación cualitativa, teniendo como participantes a la coordinación y supervisión. de las instituciones. Según los datos, se desprende que son muchas las acciones que realizan las instituciones de la red municipal para que los estudiantes tengan acceso a la cultura y a las actividades culturales. Aun así, son necesarias alianzas, y también un mayor incentivo financiero, dado el bajo ingreso de muchas familias, para facilitar visitas a espacios culturales, como teatro, cine, museos, casas de cultura, entre muchos otros, debido al costo de los viajes. y entradas para acceder a los sitios. Con esto, se concluye que la promoción de actividades pedagógicas, a través del acceso a espacios culturales, posibilita el reconocimiento como parte de nuestra historia cultural, así como experiencias, basadas en prácticas de cuidado y valoración.

Palavras-chave: Cultura, Aprendizagem, Bens culturais, Escola.

Keywords: Culture, Learning, Cultural goods, School.

Palabras clave: Cultura, Aprendizaje, Bienes culturales, Escuela

Introdução

Uma das funções da escola é o oferecimento de condições para o acesso e a ampliação da cidadania, por meio de práticas educativas que sistematizam os conhecimentos acumulados pela sociedade. Assim, na visão de Silveira, Nader e Dias (2007), cabe à escola permitir que os educandos se apropriem dos bens culturais, historicamente produzidos pela sociedade, contemplando em seu currículo ou práticas pedagógicas, atividade de acesso à cultura.

Estamos em tempos que requerem reflexões e mudanças de paradigmas dentro das instituições escolares. O acesso à cultura é fator previsto na Base Nacional Comum Curricular, tendo uma competência que prevê a inserção e a participação em práticas diversificadas, das quais, pontuamos: cinema, teatro, casa de cultura, museus e shows musicais, entre outros. Segundo este documento, ao finalizar o Ensino Fundamental os alunos

devem ter construído a sua identidade, experienciar diversas culturas, compreendendo-as, valorizando-as e respeitando-as, reconciliando, assim, valores e perspectivas culturais.

Nesse sentido, este estudo objetiva investigar se as escolas municipais, localizadas na cidade de Esteio/RS, município da região metropolitana de Porto Alegre/RS, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais em seu currículo. Para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista escrita, na modalidade online, utilizando um formulário do Google, encaminhada para as Supervisões e Coordenações Pedagógicas, no mês de setembro do ano de 2020.

Ademais, também são objetivos deste artigo: investigar de que forma as escolas propiciam aos estudantes o acesso à cultura; analisar que projetos culturais são desenvolvidos pela instituição; atentar sobre o posicionamento das coordenações quanto à inserção deste tema nos currículos escolares. A fim de que os dados sejam analisados em uma perspectiva sistemática, optamos pela análise textual discursiva (Moraes; Galiazzi, 2016), com vistas que a interpretação se efetive por uma rigorosa análise, com critérios bem definidos, sem que as hipóteses sejam testadas, mas que se consolidem em um cunho mais interpretativo, para que seja refletido e, posteriormente, reconstruídos.

A seguir abordaremos o breve percurso da cultura em nosso país, seguido do conceito de cultura adotado neste estudo, assim como as relações entre cultura e educação. O tema será abordado a partir da perspectiva educacional, por acreditar na importância de seu desenvolvimento, a fim de incentivar a apreciação e, também, o acesso à mesma. Na sequência, serão trazidos os dados coletados e, por fim, os dados serão analisados e, na conclusão, traçaremos algumas propostas para que sejam refletidas nas instituições.

2. As políticas culturais no Brasil: um percurso de tradições e desafios

Segundo Rubim (2007), as políticas de acesso à cultura sempre ocuparam um plano secundário no Brasil. Para o autor, tradições prevalecem na trajetória das políticas culturais do Brasil, das quais destaca o autoritarismo, as ausências e profundas instabilidades.

A história das políticas de acesso à cultura no Brasil foi demarcada por um regime autoritário e de profundo controle, como bem destaca Rubim e Barbalho (2007). Na concepção de Rubim (2007) os anos 1930 foram um marco das políticas culturais no país, em que bem destaca que a experiência inovadora de Mário de Andrade, enquanto o primeiro diretor da cultura do Brasil, teve uma importante contribuição no que tange a política cultural, contudo, mais tarde foram evidenciadas algumas deficiências, das quais ainda se perpetuam atualmente.

Dentre as ações inovadoras de Andrade, na época, demarca-se seu pioneirismo quanto à criação de políticas públicas de acesso à cultura, com uma preocupação diante da proteção do patrimônio material e imaterial. Essa motivação surge com o intuito de preservar a identidade do país, atentando para a valorização da cultura do Brasil a ser transmitida para as próximas gerações.

Provendo de um espaço-tempo mais presente, atentamos ao governo de José Sarney (1985-1990), o qual destaca-se a criação do Ministério da Cultura, com incentivos e investimentos no campo cultural. Na sequência, Fernando Collor de Mello (1990-1992), implanta a Lei Rouanet, que ficou conhecida pela política de incentivos fiscais para projetos e ações culturais. Nos anos de 1995-2002, Fernando Henrique Cardoso reformula as leis, concebendo a cultura como um “negócio”, nessa concepção, digamos que tratá-la sem objetivos bem definidos e não valorizando-a como seu merecimento, a cultura é deixada de lado, já que seus fins eram apenas comerciais.

Para Rubim (2007), novos desafios foram impostos no governo Lula (2003-2011), com o ministério de Gilberto Gil. Segundo o autor, as políticas de financiamento estavam distorcidas, aliados a um quadro de autoritarismo, intervenções do estado na cultura, assim como fragilidades institucionais e uma incapacidade de elaboração de políticas culturais, dentre outros.

No ano de 2010 foi instituído o Plano Nacional de Cultura, pela Lei 12.343 (Brasil, 2010). Este plano estabeleceu um planejamento na área cultural, tendo sido de suma importância, pois ele traçou estratégias, ações e metas que orientaram a formulação de políticas públicas culturais, objetivando o desenvolvimento de programas, projetos e ações que visavam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no país. Digamos que o plano reascendeu os objetivos culturais, valorizando-a e dando significados ainda mais pontuais para tal.

Atualmente, o Ministério da Cultura passou a ser uma Secretaria, vinculada ao Ministério do Turismo. A Secretaria Especial de Cultura é marcada por muitas trocas ministeriais, assim como pela falta de incentivo e a necessidade de políticas efetivas que voltem a valorizar este campo importante para a sociedade. Nesse sentido, corrobora-se com Rubim (2007) que destaca as políticas culturais como secundárias no país.

No tocante, já que faltam incentivos por parte do poder público, novas alternativas precisam se articular como forma de valorização cultural, a fim de que futuramente políticas eficazes sejam propiciadas para a disseminação e preservação da cultura. Na sequência abordaremos nosso entendimento sobre cultura.

3. A compreensão de cultura neste estudo

O conceito de cultura é muito amplo, devendo ser explorado em um determinado campo do saber. De acordo com o Dicionário Houaiss (2001), a cultura é um ato, um modo de cultivar, instrução, saber, estudo. Enfim, em virtude de sua multiplicidade de significados, podemos reconhecê-la a partir de expressões de cuidado, cultivo, assim como conhecimentos e hábitos de uma sociedade.

Neste estudo, utilizaremos o conceito de cultura de Geertz (1989, p. 14), entendendo-a como:

- (1) “o modo de vida global de um povo”;
- (2) “legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”;
- (3) “uma forma de pensar, sentir e acreditar”;
- (4) “uma abstração do comportamento”;
- (5) “uma teoria elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”;
- (6) “um

celeiro de aprendizagem em comum”; (7) “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; (8) “comportamento aprendido”; (9) “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; (10) “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; (11) “um precipitado da história” [...].

Corroborando com Geertz (1989), assumimos a cultura, neste estudo, como uma teia de significados, com objetivos interpretativos em busca de significados sociais. Essa cultura é ressignificada em tempos e espaços, de forma que como destaca Damatta (1989) uma cultura pode existir sem a sociedade, mas jamais uma sociedade sem cultura.

Ainda assim, como o estudo abarca a cultura, dentro de um determinado espaço, que é a escola, atenta-se ao exposto por Duarte, Werneck e Cardoso (2013), compreendendo-a como resultado ou modificação, ocorrida no sujeito, em meio as suas imbricações no mundo, como o meio em que vive, as aprendizagens escolares e todas as práticas por eles cultivadas. Para os autores:

A cultura seria então, o resultado da construção do sujeito que se tornará culto quando tiver enriquecido a sua personalidade pela assimilação dos saberes academicamente constituídos e aculturados, quando tiver apreendido, empiricamente, o “modus vivendi” do seu grupo social e for capaz de utilizar-se das conquistas tecnológicas da sua geração. Pode-se, ainda, considerar como cultura o resultado das modificações feitas pelo homem na natureza assim como as suas produções na área da ciência e da tecnologia, os sistemas de leis e códigos, e a interpretação da vida gerada pela sua reflexão filosófica. Seria considerada como cultura a produção decorrente do imaginário, como o folclore, da sensibilidade, como a arte, os movimentos afetivos sociais e religiosos e da razão como a ciência e a tecnologia (Duarte, Werneck, Cardoso, 2013, p. 208).

Como exposto, a cultura na concepção desses autores resulta do processo de construção e de constituição do sujeito, a partir de diversas produções, assim como das atividades culturais as quais ele é inserido e que são possibilitados a ele o conhecimento de mundo, fazendo-o compreender comportamentos, condutas e ações de sua realidade e do outro. Nesse sentido, a cultura possibilitaria a elaboração de uma visão de mundo a que Laraia (2004) estariam incluídos os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, as leis e os costumes, adquiridos pelo homem como um ser atuante em uma sociedade.

Assim, entendemos que o homem além de criar a cultura, também sofre influências desta, por isso a importância de que ele a perceba, assimilando-a, tornando-se arte dela para poder transformá-la, a partir das gerações vividas, que se perpetuam nas vindouras. Nesse sentido que a educação entra como aliada para essa transformação, já que através dela, enquanto um agente transformador, o indivíduo poderá aprimorar-se, a partir do conhecimento de hábitos, costumes e comportamentos para construção de sua identidade.

Além da apresentação da diversidade cultural existente no país, cabe à escola proporcionar aos educandos o acesso a diversas formas culturais, já que a cultura potencializa a aprendizagem, possibilitando sua transitoriedade em um mundo desconhecido, cheio de descobertas das quais lhe proporcionarão maior significado na aprendizagem. Dentre essas formas de acesso, concebemos leituras, visitação à museus, cinemas, teatros, shows musicais, bibliotecas, bienais, casas de cultura, enfim, espaços que possibilitem a eles interpretações e validações que os sensibilizem e humanizem diante do(s) outro(s), assim como reconheça as diversas formas culturais expressas por outras gerações.

Em tempos pandêmicos, uma diversidade de espaços abriu suas portas com o auxílio da tecnologia, possibilitando que as instituições proporcionassem atividades diversificadas aos educandos, mostrando-lhes que os acessos, mesmo em tempos difíceis, foram possíveis. Com isso, uma nova proposta pedagógica pode ser construída, levando os educandos a locais desconhecidos e inserindo-os em um mundo de significados, fazendo-os vivenciar outras experiências, assim como valorizar a cultura.

4. A relação cultura e educação

A cultura faz parte de nossa história, pois ela é construtora de nossa identidade. Ao mesmo tempo que criamos a cultura, somos propagadores dessas manifestações que são expressas de diversas formas e espaços. Na concepção de Candau (2003), a cultura é um processo uniforme e plural, envolvendo-se em um paradigma de criação e recriação. Em razão dessa pluralidade e dessa possibilidade recriadora, concebemos a cultura e a educação como fenômenos interligados, de forma que ambas possibilitam um novo agir e pensar do ser humano.

Entendendo que a cultura é expressa das mais variadas formas, ao dispormos o acesso a ela dentro do contexto escolar, estamos possibilitando ao educando experienciar outras formas de aprendizagem, assim como os ensinando a valorizar um patrimônio, refletindo sobre ele e ressignificando-o.

Nesse constructo de ressignificação do vivido, fazemos alusão ao proposto por Ausubel, que com a aprendizagem significativa propõe a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes, construindo estruturas mentais que proporcionem a descoberta de outros conhecimentos, como é o caso da cultura. Assim, a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais é uma das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), sendo que a participação em atividades práticas está prevista nesta Lei, sendo uma obrigatoriedade de as instituições fazer-se valer.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), cada instituição de ensino da educação básica deve articular em seus currículos a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais por meio da vivência, da compreensão e da valorização de sua identidade, assim como dos contextos sociais, culturais e históricos. Além disso, proporcionar que os alunos tenham experiências por meio das artes, discutindo e refletindo sobre manifestações culturais.

Muitas são as experiências possíveis, contudo, para que a aprendizagem seja significativa, acreditamos, assim como Ausubel (1963, *apud*

Moreira, 2001) que atividades práticas sejam um caminho mais viável, principalmente se pensarmos a partir do tema proposto neste estudo, o acesso e a valorização da cultura. Com isso, a valorização da cultura, por meio de atividades que envolvam teatro, cinema, visitas a museus, exposições artísticas ou cidades históricas propiciarão que o educando vivencie outras culturas e se aproprie de diferenças identitárias comuns em um país multicultural como o Brasil.

Além da possibilidade dessas inserções fora do espaço escolar, outras atividades podem ser ressignificadas dentro das instituições, como a organização de eventos artístico-culturais em que se promovam manifestações culturais típicas das diversas regiões brasileiras, atentado para as festividades locais, assim como a análise de obras artísticas e a própria literatura que tem tanto a retratar. Enfim, uma diversidade de propostas pode ser disposta nos currículos escolares, incluindo a construção de projetos interdisciplinares que vislumbrem os acessos à diferentes artefatos culturais e a sua prática nestes ambientes.

Os valores culturais, assim como o conhecimento, não podem ser transmitidos apenas em conteúdos específicos, como bem destaca Perrenound (2002), mas por meio de atitudes e vivências que valorizem a diversidade cultural existente, atentando para outros espaços fora do ambiente comum de aprendizagem, onde os educandos, enquanto cidadãos, possam valorizá-lo e compreendê-lo como constituinte da identidade de um povo.

5. Dialogando com os resultados

Este estudo, baseado em uma pesquisa qualitativa, buscou investigar como as escolas da rede municipal de ensino, da cidade de Esteio/RS, cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais em seu currículo. Nesse sentido, optou-se por aplicar o questionário escrito, de forma online, por meio de um formulário do Google, como instrumento investigativo. Tendo em vista que a aplicação deste instrumento ocorreu no mês de setembro, do ano de 2020, período pandêmico, o questionário online foi uma forma mais efetiva para buscarmos informações em tempos de isolamento, possibilitando, assim, a participação das coordenações nesta pesquisa.

Participaram desta pesquisa vinte coordenadoras pedagógicas, das trinta e duas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Esteio. O período de preenchimento do formulário foi de trinta dias, a fim de que pudessemos atingir o maior número de participantes, respeitando o seu tempo e as demandas recorrentes da atuação. De posse destas pesquisas elas foram analisadas em uma perspectiva da análise textual discursiva – ATD (Moraes; Galiuzzi, 2016). De acordo com Moraes e Galiuzzi (2016), a Análise Textual Discursiva compreende um exame em torno de quatro focos, sendo que os três primeiros são compostos por um ciclo, constituídos por elementos principais.

Os três primeiros ciclos são compostos pela *desmontagem do texto* (Moraes; Galiuzzi, 2016), onde eles são detalhados com vistas à fragmentação desses para que sejam produzidas unidades constituintes. Seguidos do *estabelecimento das relações* (Moraes; Galiuzzi, 2016), que é a construção de relações entre as unidades de base, a fim de que elas sejam reunidas para a formação dos sistemas de categorias, a partir das proximidades. E a *captação*

dos resultados (Moraes; Galiuzzi, 2016) se dá a partir de uma nova compreensão dos dois primeiros focos, para a construção de metatextos.

Após a análise, por meio desses três primeiros focos, chega-se ao quarto que é denominado um processo auto-organizado (Moraes; Galiuzzi, 2016), para os autores, nessa fase emerge a compreensão, de forma que não há previsibilidade quanto à criatividade e originalidade dos resultados.

Assim, para fins de uma melhor organicidade dos resultados, eles serão analisados em categorias, como considerado Moraes e Galiuzzi (2016), sendo elas: Acesso à cultura no país e na região, Acesso à cultura na escola, Projetos e parcerias Culturais, Atividades Culturais em tempos de pandemia e, por fim, Currículo e Cultura. Essas escolhas partiram dos questionamentos realizados por meio dos questionários. Abaixo seguem os dados obtidos por esta pesquisa, em suas distintas categorias com as análises.

5.1 Acesso à cultura no país e na região

Diante do questionamento “O que pensas sobre o acesso à cultura em nosso país? E na região metropolitana, em particular?”, constata-se que as entrevistadas, também responsáveis pedagógicas das instituições, destacam a precariedade. Segundo relato de uma delas, há muita diversidade para ser trabalhada, mas os acessos dificultam a prática em si, já que nem todos conseguem usufruir deles e participar ativamente de tudo o que é culturalmente proposto.

Outras afirmativas, realizadas por muitos participantes deste estudo é de que são poucos os espaços disponibilizados, para participação da comunidade, contudo, aliam o período pandêmico como uma oportunidade para buscar acessos que não são tão facilitados na modalidade presencial. A baixa renda também fora um fator mencionado, já que acessar cinemas, teatros e shows torna-se inviável, o que para eles é considerado como “seletiva”, já que atinge uma parcela muito limitada da sociedade, tendo em vista os altos custos cobrados com as entradas.

Com isso, corrobora-se com Spat e Suptitz (2015) que entendem a cultura como relevante para o desenvolvimento social de uma comunidade. Nesse sentido, experiências inovadoras estão sendo deixadas de lado, em virtude da falta de oportunidades disponibilizadas para as instituições, assim como políticas públicas que atentem essas demandas e possam proporcionar formas de acesso a todos.

Com relação às “oportunidades”, advindas da pandemia, espera-se que haja um esforço posterior a este momento, a fim de continuar promovendo atividades culturais, nos meios tecnológicos, com vistas a atingir uma maior parcela da população. Sabe-se que os acessos às redes de internet ainda são limitados, mas em meio ao vivido, mais pessoas puderam participar, já que a “internet” garantiu a permanência nos estudos de muitos educandos, que também a acessaram como forma de lazer e entretenimento,

5.2 Acesso à cultura na escola

A partir do questionamento “A escola proporciona aos alunos acesso a atividades culturais? De que forma?”, constatamos que foram citados a inserção de projetos pedagógicos, acesso à vídeos, trabalhos sobre

origens/tradições, saídas pedagógicas à museus e teatros, assim como acesso à leitura nas bibliotecas escolares.

Alguns relatos apontam as dificuldades em relação ao orçamento para que sejam propiciadas mais atividades culturais durante o ano. Nesse sentido, o vínculo com empresas parceiras poderiam ser uma fonte de incentivo quanto aos orçamentos, já que as comunidades, por vezes, têm dificuldades para destinar valores específicos que cubram custos com transporte e ingressos destes locais, principalmente se levarmos em consideração o direito fundamental de acesso à cultura (Spat; Suptitz, 2015).

Outra possibilidade é o estabelecimento de parcerias com projetos de cunho interdisciplinar, culminando a visita em locais específicos, como museus, teatros, espaços culturais, enfim, muitos deles proporcionam estes acessos, desde que as instituições tenham a iniciativa da procura e a apresentação de projetos justificando a importância da atividade.

Dentre eles, destaca-se a Fundação Iberê Camargo, que no ano de 2019 proporcionou a realização de um projeto junto à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Porto Alegre/RS, com visitas ao espaço que sempre conta com um acervo fixo e exposições em períodos específicos, além de projetos educativos passíveis de parcerias junto às instituições de ensino das redes públicas e privadas dos municípios de outras regiões. É interessante destacar que a Casa de Cultura Mario Quintana realiza oficinas diversas, com valores simbólicos, destinados à manutenção do espaço e a compra dos materiais para serem utilizados nestas atividades.

5.3 Projetos e parcerias culturais

As coordenações pedagógicas, participantes da pesquisa, foram questionadas sobre o desenvolvimento de projetos pedagógicos, solicitando que destacassem alguns exemplos destes e, também sobre possíveis parcerias para a promoção da cultura na escola. Em caso de positivo, pedimos exemplos de parcerias exitosas ou ações problemáticas.

Quanto às parcerias, todas as escolas responderam não ter este estabelecimento com órgãos ou instituições, o que, de certa forma, dificulta ainda mais os acessos, se levarmos em consideração as questões financeiras, destacadas na questão anterior. Sempre que são possíveis essas relações com empresas, instituições culturais, ou até mesmo com as Secretarias educacionais, que em alguns casos, dispõem de verbas para essas visitas, são possíveis o planejamento de atividades culturais, nem que seja em datas específicas, como Dia das Crianças, Festividades de final de ano letivo, enfim, datas memorísticas para cada instituição.

Quanto aos projetos realizados nas instituições, foram citadas Feiras Literárias, Semana da Consciência Negra, Feira de Iniciação Científica, Oficina de Música, Projetos de Diversidade, enfim, diversas inserções para que se trabalhe a cultura em suas variadas modalidades. Nesse contexto, percebe-se o engajamento e a iniciativa das instituições para promoção dessas atividades, propiciando a participação da comunidade escolar, levando aos alunos à valorização da cultura.

5.4 Atividades culturais em tempos de pandemia

A partir do questionamento “Em tempos de pandemia, a instituição proporcionou atividades culturais? Se sim, quais e de que forma?” em unanimidade as respostas foram favoráveis, já que proporcionaram inserções culturais de distintas maneiras, utilizando em massa os meios virtuais. Dentre as atividades destacam-se Festa Farroupilha e Junina, diálogos com autores, palestras, gincanas culturais, contação de histórias e festividades em datas comemorativas.

Nesse contexto atenta-se às diversas iniciativas das instituições para a promoção do acesso à cultura junto ao corpo discente. Mesmo em um tempo atípico o acesso à cultura, por meio das facilidades tecnológicas, continuou sendo promovido, disponibilizando aos alunos uma diversidade de atividades culturais para tornar suas aprendizagens mais significativas. O reinventar cultural destacado e defendido por Calabre (2020) proporcionou uma reinvenção, com o fenômeno de produção da arte cultural on-line.

Os fatores mencionados acima não seriam possíveis se não estivéssemos vivenciando este momento de isolamento, o qual possibilitou descobertas e novas inserções. Sabemos que ainda há uma longa caminhada, tanto para a promoção dessas atividades culturais, assim como no que tange aos acessos virtuais, fatores que necessitam ser aprimorados, atendendo uma parcela maior da população e não um número limitado de pessoas.

5.5 Currículo e Cultura

O último questionamento é um pedido para que os participantes se posicionem sobre a inserção do tema “cultura” nos currículos escolares, argumentando sobre ele. Destaca-se a necessidade de incentivos, relatados pela maioria dos profissionais entrevistados. Acreditam ser de extrema importância, principalmente pelo fato da preservação da cultura, já que sempre que ela é trabalhada junto aos alunos, são motivados a valorizá-la e a conhecê-la, tornando-se sujeitos mais ativos quanto ao seu entendimento e disseminação.

Os entrevistados destacam o direito ao acesso à cultura não conseguindo vislumbrar a escola sem este acesso e este trabalho. Nesse sentido, concebendo a escola como um espaço plural, as trocas culturais ocorrem e necessitam ser respeitadas e detalhadas para que todos a conheçam, mesmo que o acesso a muitos locais não se efetive, em virtude da falta de parcerias ou pelos poucos recursos destinados a atividades culturais.

Ainda assim, mesmo sem esses recursos, percebemos que as instituições participantes deste estudo reconhecem a necessidade desses acessos e proporcionam, na medida do possível, que os educandos acessem as diversas atividades culturais.

6. Considerações finais

Por meio da pesquisa, constata-se que as instituições educacionais municipais se preocupam com a inserção de atividades culturais em seu currículo, proporcionando diversas práticas de acesso à cultura aos educandos. Mesmo com pouco investimento e sem parcerias, os alunos são levados a refletir e participar de momentos culturais, planejados e realizados dentro dos

próprios espaços escolares. Nesse sentido, atenta-se ao exposto por Spat e Suptitz (2015, p. 14):

Nessa perspectiva, o reconhecimento da cultura como direito fundamental dos seres humanos deve ser efetivado mediante ações efetivas e, igualmente, em conjunto com a sociedade civil. Além disso, a cultura não deve ficar unicamente subordinada a uma ornamentação supérflua destinada a camadas sociais mais elevadas da sociedade, sendo, inclusive, vista apenas como um momento de entretenimento.

E, no entender da cultura como fundamental, salienta-se a necessidade de trabalharmos cada vez mais nas instituições escolares, proporcionando aos educandos a reflexão sobre ela. Aqui, corrobora-se com Spat e Suptitz (2015), entendendo que o papel da cultura é além do lazer, mas que ela possibilita o desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais, formando os sujeitos e, muitas vezes, tornando-os críticos e reflexivos.

Neste ano, com a pandemia e o movimento das aulas na modalidade remota, percebemos que não foram empecilhos para que as práticas culturais ocorressem. Segundo o relato das coordenações, constatamos que diversas práticas foram promovidas, assim como algumas festividades, das quais mantém viva a cultura da região local. Certamente, após este período será necessária a continuidade da promoção de acessos aos locais culturais, sejam por meio da tecnologia, ou presencialmente, pois esse novo modelo de “ser e estar” nos locais pode ser o início de uma caminhada reflexiva que permita uma maior igualdade de acesso à cultura e as diversas atividades culturais existentes.

Referências

BRASIL. **Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC). Salvador: UFBA, 2018. 256p. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/01/EBOOK_PNC_28_01_19_final.pdf. Acesso em: 12/02/2022.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7 – 21, jan./jun. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/tatia/Downloads/document.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à sociologia cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 288p.

DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DUARTE, Cleia ZanattaClavery Guarnido; WERNECK, Vera Rudge; CARDOSO, José Augusto Renato. A relação entre cultura e educação sob o ponto de vista de educadores do ensino fundamental. *Revista Psicologia e Saber Social*, v. 2, n. 2, p. 204-216, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2013.8794>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 224p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 120p.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijú, 2016. 264p.

MOREIRA, Marco Antônio; MASINI, Elicie F. Salzano. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10.11.2021.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli; DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SPAT, Gabrielli Machado; SUPTITZ, Carolina Elisa. O direito à cultura na sociedade em rede: políticas públicas do governo federal e sua efetivação no município de Santa Maria/RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: mídias e direitos da sociedade em rede, 3., 2015, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/6-7-1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

Enviado em: 25/11/2020

| Aprovado em: 06/12/2022

